

# TCE EM PAUTA

ANO XVII - Nº81

NATAL/RN

ABRIL E MAIO DE 2011



Presidente do TCE, Valério Mesquita, destaca a modernização da Corte de Contas mediante a qualificação de servidores

## TCE comemora sete anos de fundação da Escola de Contas

Páginas 8 e 9



Fale e critique. **Ouvidoria do TCE: 0800-281-1935**

## CURTAS

**Nota fiscal eletrônica**

Agora é para valer! Desde 1º de abril toda aquisição de mercadoria efetuada por qualquer órgão público no país deve ser efetuada, exclusivamente, por meio de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), em substituição à nota fiscal tradicional. A medida, que vem sendo discutida e implementada em vários estados desde 2009, integra um conjunto de determinações do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ – e exige modificações e adaptações de vários órgãos, entre os quais, os Tribunais de Contas que têm como missão a fiscalização do orçamento público.

**Celeridade processual**

Dentro da meta de dar maior celeridade aos processos que tramitam na Casa, o presidente do Tribunal de Contas, conselheiro Valério Mesquita, convocou na terça-feira (29/03) todo o colegiado para uma reunião, ocasião em que apresentou relatório produzido pela Corregedoria, cuja titular é a conselheira Maria Adélia Sales, apresentando propostas para agilização dos processos. Essas propostas foram feitas a partir de observações e discussões realizadas na Diretoria de Atos de Pessoal – DAP – e Diretoria de Atos e Execuções – DAE –, setores que apresentam um acúmulo acentuado de processos.

A partir do trabalho da Corregedoria, será elaborada uma resolução que irá determinar os procedimentos normativos a serem executados visando à celeridade dos processos que tramitam na DAP e na DAE, além da elaboração de um calendário de acompanhamento da Corregedoria em todas as coordenadorias e diretorias que trabalham com tramitação processual. A proposição foi acatada à unanimidade pelos conselheiros.

**Inspeção especial**

Acatando sugestão do diretor da Diretoria da Administração Municipal (DAM), Humberto de Aragão Mendes Neto, a presidência da Primeira Câmara do Tribunal de Contas aprovou, na sessão plenária desta quinta-feira pela manhã, a realização de inspeção especial nos municípios cujos ordenadores de despesas falharam em seus deveres precípuos de prestar contas.

A sugestão, apresentada em plenário pelo conselheiro Alcimar Torquato de Almeida, determina a realização de inspeção in loco das contas, relativa ao exercício de 2010, nas seguintes prefeituras e câmaras municipais: Barcelona, Felipe Guerra, Galinhos, Jardim de Angicos, Monte das Gameleiras, Paraú, Rafael Fernandes, Santa Maria, São Francisco do Oeste, São José de Campestre, Serra de São Bento e Severiano Melo.

O conselheiro destacou que, na inspeção, serão apuradas possíveis irregularidades com despesas em geral, licitações, contratos, obras de engenharia, educação e saúde, no afã de dar uma maior eficácia às análises, já que se trata de fatos relativos a período recente – no caso o ano de 2010.

A medida foi elogiada pelo procurador do Ministério Público de Contas Carlos Thompson que destacou o caráter pedagógico da iniciativa. “Será um exemplo para as demais administrações municipais”, disse.

**Portal dos Tribunais**

Já está no ar a nova versão do Portal dos Tribunais de Contas do Brasil ([www.contrôlepublico.org.br](http://www.contrôlepublico.org.br)). Mais moderno, dinâmico e com novas ferramentas, o Portal reforça a integração entre os Tribunais de Contas e destes com a sociedade, divulgando as ações das Cortes e como o cidadão pode ajudar a fiscalizar a aplicação do dinheiro público.

Além de reforçar os ideais de transparência dos Tribunais de Contas, o Portal integra 94% dos TCs brasileiros e conecta em rede cerca de 8.600 servidores, que trocam informações e documentos, o que possibilita o compartilhamento de soluções e experiências.

Um trabalho que reflete no dia a dia da população, que terá Tribunais cada vez mais atuantes e eficazes na função de verificar se o dinheiro, fruto do pagamento dos nossos impostos, é aplicado de forma correta.

O Portal surgiu com a implantação do PROMOEX – Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios brasileiros –, considerado por autoridades do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - como o maior do gênero em todo o mundo.

**TCE/RN em Pauta**

Informativo do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte

**Conselheiros**

Presidente:  
Valério Alfredo Mesquita

Vice-Presidente:  
Getúlio Alves da Nóbrega

Presidente da 1ª Câmara:  
Alcimar Torquato de Almeida

Presidente da 2ª Câmara:  
Paulo Roberto Chaves Alves

Corregedora-Geral:  
Maria Adélia de Arruda Sales Souza

Tarcísio Costa  
Renato Costa Dias

Auditores:  
Marco Antônio de M. R. Montenegro  
Cláudio José F. Emerenciano

Secretário-Geral:  
Laércio Segundo de Oliveira

Chefe de Gabinete da Presidência:  
Michely Gomes de Araújo Tinoco

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE (MPJTCE)

Procurador-Geral Junto ao TCE:  
Thiago Martins Guterres

Procuradores:  
Carlos Roberto Galvão Barros  
Carlos Thompson da Costa Fernandes  
Luciana Ribeiro Campos  
Luciano Silva Costa Ramos  
Othon Moreno de Medeiros Alves  
Ricart César Coelho dos Santos

Coordenador de Comunicação Social:  
João Batista Machado

Editor:  
Eugênio Parcelle

Repórteres:  
Rosalie Arruda Câmara  
Graciêma Maria Carneiro

Revisão: João Maria de Lima

Projeto Gráfico e Diagramação:  
Terceirize (84) 3211-5075

Fotos: Jorge Filho

Impressão: Solução Gráfica - 3613-0616

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO RIO GRANDE DO NORTE  
Av. Getúlio Vargas, 690 - Petrópolis  
Natal/RN - CEP 59.012-360  
Telefone (84) 3215-1961 / Fax 3215-1922  
Site [www.tce.m.gov.br](http://www.tce.m.gov.br) E-mail [tce-ccs@m.gov.br](mailto:tce-ccs@m.gov.br)

# TCE/RN é referência em Planejamento Estratégico

O trabalho que vem sendo executado pelo Escritório do Planejamento Estratégico do Tribunal de Contas tem dado resultados tão significativos que a coordenação nacional do Promoex – Programa de Modernização do Controle Externo – resolveu implantar o piloto de um sistema de monitoramento das ações planejadas na Corte de Contas Potiguar. Os resultados alcançados serão usados como referência na replicação do modelo para todos os TCs do País. A informação foi dada pelo presidente do TCE, conselheiro Valério Mesquita, no encerramento do workshop de elaboração do Plano de Ação 2011, o qual definiu as ações a serem priorizadas na presente gestão e foi realizado pela Escola de Contas em parceria com o Escritório de Planejamento Estratégico.

Realizado no auditório do Instituto Legislativo Potiguar, o encontro reuniu quarenta servidores, representando os diversos setores do TCE para fazer uma avaliação do desenvolvimento das ações planejadas e executadas em 2010 e, ao mesmo tempo, discutir estratégias e iniciativas para o biênio 2011/2012, com base nas prioridades apontadas pela presidência, que são: “reduzir o tempo de

análise e julgamento de processos” e “atuar de forma seletiva em áreas de risco e relevância sobre todos os jurisdicionados”.

“Este seminário representa a reafirmação da credibilidade do Tribunal de Contas junto à sociedade, por conta do que foi debatido e definido. Não podemos tomar outra atitude, senão a de apoiar as iniciativas aqui definidas. Sabemos do número de processos que temos e precisamos derrubar esta torre de papel para que o TCE possa se modernizar. Este é o nosso maior desafio”, enfatizou Valério Mesquita, conclamando todos os servidores a colaborarem para atingir essa meta.

A partir das prioridades da gestão, foram apresentadas sugestões que, depois de devidamente sistematizadas, serão discutidas e consolidadas pelos setores responsáveis pela tramitação processual, medidas que, em seguida, serão legitimadas pelos conselheiros. Além da equipe do Planejamento Estratégico e da Escola de Contas, o trabalho de diagnóstico e definição de metodologias mais eficientes contou com a colaboração da Corregedoria, da Assessoria Jurídica, da Coordenadoria de Informática, do Ministério Público de Contas e outros.

“

**Este seminário representa a reafirmação da credibilidade do Tribunal de Contas junto à sociedade, por conta do que foi debatido e definido. Não podemos tomar outra atitude, senão a de apoiar as iniciativas aqui definidas”**

Presidente do TCE, conselheiro Valério Mesquita



O presidente do TCE, conselheiro Valério Mesquita, encerra workshop afirmando que vai apoiar todas as medidas definidas no encontro



Realizado sempre no início de uma nova gestão pelo Escritório de Planejamento Estratégico, workshop teve a participação de representantes de todos os setores

# Uma cultura de planejamento em construção

Mudar uma cultura impregnada ao longo do tempo não é tarefa fácil. Mas, aos poucos, o planejamento estratégico vai se incorporando à rotina do Tribunal de Contas como uma ferramenta imprescindível para o seu desenvolvimento institucional. Prova disso foi o workshop para a elaboração do PDA 2011/2012, que reuniu quarenta servidores, representantes dos mais diversos setores, na definição de ações e metas para o cumprimento dos objetivos definidos como prioritários para a atual gestão.

“Lançamos o planejamento estratégico quando as instituições públicas precisavam de um planejamento não imediatista, mas de longo prazo. O PE representa um caminho, uma luz na administração, pois otimiza os investimentos e os esforços necessários para a execução das tarefas que visem ao cumprimento da missão institucional do TCE”, lembrou o coordenador geral da Escola de Contas, conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves, ressaltando que o trabalho realizado tem sido reconhecido inclusive por outros Tribunais.

Parte deste reconhecimento deve se ao fato da colaboração do Tribunal de Contas da União – TCU –, que no início do processo repassou o conhecimento acumulado na área do PE ao TCE/RN, e até indicando a experiência da Corte potiguar para outros TCs. “Conquistamos um espaço muito grande, isso é motivo de orgulho”, enfatizou.

O secretário-geral do TCE, prof. Laércio Segundo de Oliveira, ressaltou a importância do PE na implementação, no âmbito do Tribunal, de uma cultura de valorização do planejamen-

to, inclusive contribuindo para a integração intersetorial. “O compromisso da Secretaria Geral vai no sentido da busca dos objetivos estabelecidos neste encontro.”

A mesa dos trabalhos foi composta ainda pelo procurador-geral do Ministério Público de Contas, Thiago Guterres, pela diretora da Escola de Contas, Marlusia Saldanha, pelo coordenador do Escritório de Planejamento Estratégico, Gláucio Torquato, e pelo diretor executivo do Instituto do Legislativo Potiguar, Mizael Barreto.

# Ações mais realistas

Ser mais realista, de forma a planejar ações que possam ser executadas num determinado período de tempo. Em suma, esta é a orientação do coordenador do Escritório de Planejamento Estratégico, Gláucio Torquato, ao anunciar o percentual de ações executadas no biênio 2009/2010, no workshop realizado no final de fevereiro. No geral, foram executadas 35% das ações, percentual consolidado a partir das informações encaminhadas pelos diretores e coordenadores dos diversos setores.

“Saíram ideias fantásticas, mas muitas não foram executadas, por diversas razões, entre as quais o volume de trabalho”, explicou Gláucio, lembrando da necessidade da elaboração de um plano de ação mais realista. “É preciso ter foco. Definir metas para alcançar os resultados desejados”, enfatizou, ressaltando que os objetivos estratégicos vão sendo acumulados, até a finalização do Plano Estratégico, em 2014.

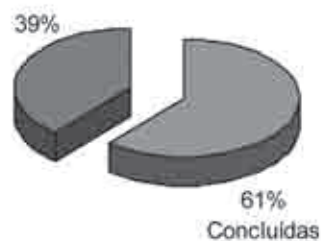
Veja os percentuais alcançados, por ações:



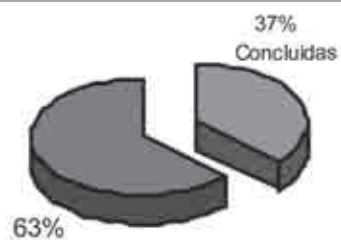
Gláucio Torquato e Ricardo Villaça, na coordenação do Plano de Ação 2011

## AÇÕES MAIS REALISTAS

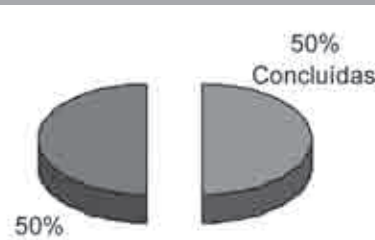
Ampliar ações educativas e orientadoras



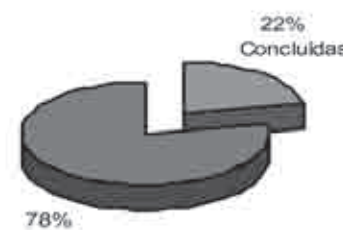
Promover a capacitação técnica e gerencial dos servidores



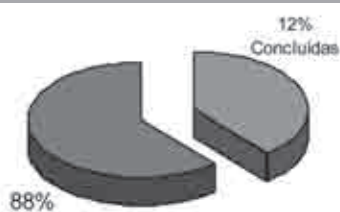
Atrair competências por meio de concurso público



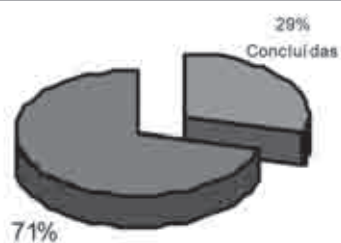
Otimizar a aplicação dos recursos com foco nos resultados



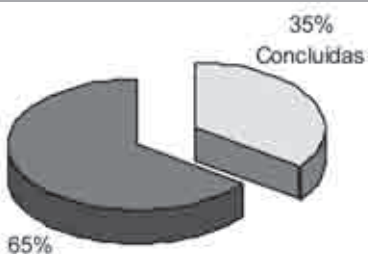
Aprimorar e padronizar processos de trabalho e instrumentos de controle



Modernizar as práticas de gestão de pessoas



Alcançar as ações do PDA 2010



Professora Marlusia Saldanha, Coordenadora da Escola de Contas, esteve à frente da logística do encontro

# Acesso livre para o controle social do orçamento público

O anseio da sociedade por mais transparência no uso dos recursos públicos – transformado num dos pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – começa a dar os primeiros resultados. No Rio Grande do Norte, além de Natal, Mossoró e Parnamirim – municípios com mais de 100 mil habitantes e que, por isso, são obrigados a disponibilizarem suas contas na internet –, a partir de 27 de maio também estarão obrigados a divulgar essas informações Caicó, Ceará-Mirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba e Assu, municípios que possuem entre 50 e 100 mil habitantes. Dentro de mais dois anos, todos os municípios brasileiros terão que adotar estas medidas.

“Antes da Lei de Responsabilidade Fiscal, a transparência administrativa não vinha sendo efetuada de forma correta”, relata Paulo Roberto Oliveira de Melo, coordenador de informática do TCE, lembrando que, com a entrada em vigor da LRF, a transparência na execução orçamentária passou a ser tratada com mais seriedade e rigor, obrigando os gestores a se preocuparem em dar visibilidade à prestação de contas, sob pena de sofrerem sanções legais. Nesta perspectiva, o próprio TCE vem publicando, em tempo real, seus dados sobre receitas e despesas, como determina a legislação.

Em reunião com representantes do Movimento Articulado de Combate à Corrupção – Marcco –, realizada no final de fevereiro, foi solicitado o acompanhamento da execução orçamentária e financeira, em tempo real, por meio eletrônico de acesso público, de órgãos como o Governo do Estado, Assembleia Legislativa, Poder Judiciário, Ministério Público, Prefeituras de Natal, Mossoró e Parnamirim, o que foi realizado imediatamente. “Disponibilizamos no site do TCE os links de acesso a todos estes órgãos, além da presta-

“

**Os dados deveriam ser mais detalhados, para que toda a população entenda e utilize as informações disponibilizadas, inclusive no controle social do orçamento público”**

Paulo Roberto,  
coordenador de Informática

ção de contas do TCE e o Portal da Transparência, divulgando informações de todos os municípios”, enfatizou Paulo Roberto, lembrando que os dados exibidos neste ambiente são de responsabilidade dos gestores, porém muitos ainda não estão sendo disponibilizados de forma devida.

O ambiente virtual já existe, respeitando as determinações legais, no entanto a lin-



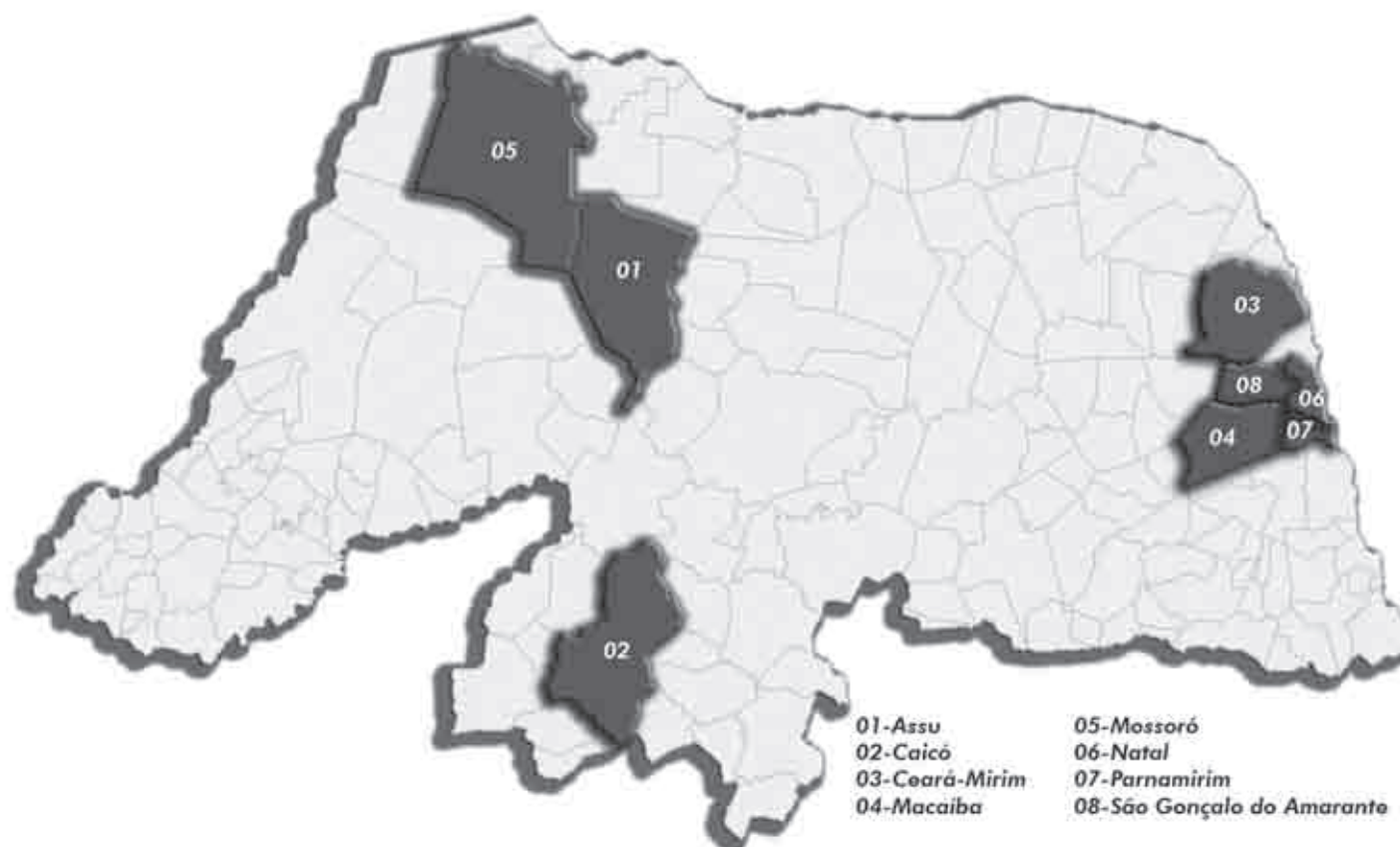
Paulo Roberto, coordenador de informática, disponibilizando dados do TCE em tempo real

guagem contábil e jurídica ainda é muito burocrática. “A sociedade, de modo geral, não consegue entender os dados disponibilizados. Falta uma maior clareza das informações”, relatou Paulo Roberto, defendendo que “os dados deveriam ser mais detalhados, para que toda a população entenda e utilize os dados, inclusive no controle social do orçamento público”. Através do Sistema

Integrado de Auditoria Informatizada (SIAI), os municípios são obrigados a fornecer quarenta informações ao TCE, o que possibilita diversas análises tendo como base aspectos da execução orçamentária.

As prestações de contas do TCE, dos órgãos governamentais e dos municípios podem ser acessadas a partir do portal [www.tce.rn.gov.br](http://www.tce.rn.gov.br).

## MUNICÍPIOS QUE SÃO OBRIGADOS A PRESTAR CONTAS EM TEMPO REAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE



### LEI COMPLEMENTAR Nº 131, DE 27 DE MAIO DE 2009

Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 48 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 48. ....”

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.” (NR)

Art. 2º A Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 48-A, 73-A, 73-B e 73-C:

“Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço

prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.”

“Art. 73-A. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao respectivo Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público o descumprimento das prescrições estabelecidas nesta Lei Complementar.”

“Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

“Art. 73-C. O não atendimento, até o encerramento dos prazos previstos no art. 73-B, das determinações contidas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e no art. 48-A sujeita o ente à sanção prevista no inciso I do § 3º do art. 23.”

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de maio de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

*LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA*

*Tarso Genro*

*Guido Mantega*

*Paulo Bernardo Silva*

*Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho*

# Escola de Contas

## tem como meta a intensificação da capacitação interna



Conselheiro Paulo Roberto define diretrizes da Escola de Contas

Decorridos pouco mais de dois meses na Direção-Geral da Escola de Contas "Professor Severino Lopes de Oliveira", o Conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves destaca a importância do trabalho orientador e preventivo da Escola e o seu papel pedagógico na missão estratégica do TCE-RN, durante os sete anos da sua criação.

Além de falar sobre o aniversário da Escola, o Conselheiro anuncia as próximas metas: a intensificação da capacitação interna com foco na eficiência e eficácia do controle externo; o lançamento do Programa de Educação e Formação Continuada, iniciando com a implantação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública para os servidores do Tribunal; o programa de capacitação externa destinado aos jurisdicionados; a reestruturação e reorganização interna da Escola, incluindo a elaboração de novo regimento, a revisão da legislação e normas internas que assegurem ordenamento e favoreçam a qualidade das atividades básicas da Escola.

### TCE EM PAUTA: COMO O SENHOR VÊ O PAPEL E O DESEMPENHO DA ESCOLA DE CONTAS DESDE A SUA CRIAÇÃO, ATÉ AGORA?

**PAULO ROBERTO:** A meu ver, a atuação de um Tribunal não deve ser avaliada apenas pelo número de atuações ou contas reprovadas, em consequência do exercício de suas funções constitucionais, mas também pela sua ação pedagógica, ou seja: informar, orientar e capacitar, além dos seus servidores, os agentes públicos e órgãos jurisdicionados. Cada vez mais, tem se comprovado que as medidas educativas e orientadoras para a boa aplicação dos recursos públicos são mais eficazes do que as medidas punitivas, além do que favorece a formação de uma administração pública de qualidade.

A nossa Escola de Contas Professor Severino Lopes de Oliveira foi criada exatamente para esta função: desenvolver atividades orientadoras e educativas, no âmbito interno e na abrangência jurisdicional do TCE/RN. Esse é seu papel e, sem dúvida, a maior contribuição que ela vem oferecendo, durante os seus 7 anos de existência. Temos a evidência de que muito já foi feito, sobretudo se considerarmos a carência de condições físicas, estruturais e financeiras para que a Escola realize melhor o seu papel.

### NESSA ÓTICA, QUAL SERÁ A CONTRIBUIÇÃO PRIORITÁRIA DA ESCOLA DE CONTAS, NO BIÊNIO 2011/2012?

As ações de capacitação, tanto interna quanto à capacitação externa, correspondem à contribuição prioritária oferecida pela Escola de Contas. Sempre defendi que o planejamento dessas ações seja focado nas necessidades e demandas advindas do exercício do controle externo que é a finalidade do Tribunal de Contas. Por outro lado, o planejamento deve guardar coerência com as diretrizes definidas pela atual Administração do TCE/RN: "Reduzir o tempo de análise e julgamento de processos" e "Atuar de forma seletiva em áreas de risco e relevância sobre todos os jurisdicionados". Observados esses requisitos, selecionamos a meta: intensificação da capacitação interna, com foco na eficiência e eficácia do controle externo.

Acho válido ressaltar que o processo de identificação e definição das ações que integram essa meta além da equipe da Escola e seus instrutores, contou com a participação dos Diretores, Coordenadores e Assessores de unidades do controle externo, durante a realização do workshop (planejado e executado pelo EPG) para a definição do Plano de Diretrizes 2011.

Segundo os técnicos da Escola, "nenhuma





O reitor da UFRN, José Ivonildo do Rêgo, destaca importância da parceria da UFRN/TCE

oportunidade teria sido mais propícia à realização de uma pesquisa-ação, uma vez que se trata de um tipo de pesquisa participante e engajada, que pode ser aplicada em qualquer ambiente de interação social que se caracterize por um problema, no qual estão envolvidos as pessoas que participam da solução dele”.

#### QUANDO A ESCOLA DE CONTAS PRETENDE IMPLANTAR O ENSINO A DISTÂNCIA?

Sabemos que o TCE/RN tem um número elevado e complexo de jurisdicionados. São mais de 520 órgãos dos Poderes Públicos, contabilizando as Prefeituras e Câmaras dos 167 municípios e os órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado, além do Terceiro Setor, ou seja, aquelas organizações não governamentais que utilizam recursos públicos.

Considerando que a Escola de Contas tem atuação em toda área jurisdicional do Tribunal, é inquestionável a necessidade da adoção do sistema de ensino a distância (EAD) para ampliar, tornar mais econômico e efetivo.

Pretende-se dar início à implantação do ensino a distância (EAD), de forma gradativa, começando com os cursos semipresenciais, videotreinamentos, videoconferências e outras modalidades mais simples. Aliás, já estão em andamento algumas atividades preparatórias e básicas, entre as quais, como primeiro passo, a capacitação da equipe. No ano passado, além da própria Diretora da Escola ter participado do Encontro Técnico de Educação Corporativa, um evento especial, os Instrutores Marise Magaly Rocha, Cleyton Barbosa e Severiano Duarte participaram da “Oficina de Educação a Distância” realizada

pelo Instituto Serzedello Correa, TCU, IRB e Promoex. Atualmente, estão matriculados no Curso de Formação Básica - “Rumo à aprendizagem virtual” - realizado pela Escola Nacional de Administração Pública/ENAP, os técnicos Marise Magaly Rocha, André Almeida e Silva e Eugenio Parcelle.

Além da capacitação da equipe envolvida e dos especialistas, para o bom funcionamento do sistema EAD, muitos recursos financeiros são necessários a fim de prover a nossa Escola da infraestrutura física e tecnológica, essenciais. Por isso não podemos sonhar, sem ter os pés na realidade. Temos, ainda, muitas carências de natureza física, tecnológica e instrumental que precisam ser resolvidas.

#### QUAIS OS PLANOS QUE A DIREÇÃO TEM COM RELAÇÃO À BIBLIOTECA E À SALA DE TREINAMENTO EM SERVIÇO?

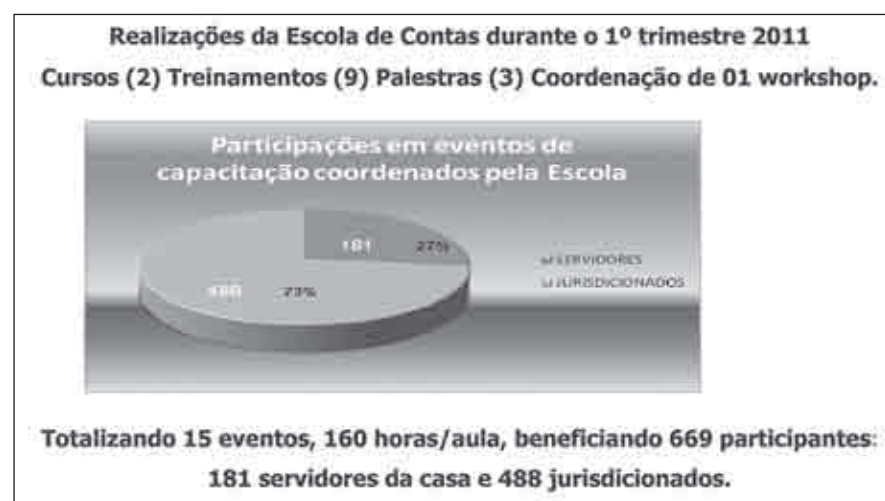
O aperfeiçoamento e a modernização das ações educacionais da Escola de Contas passam pela continuidade de alguns projetos já iniciados, como: “Escola Estruturada” e “Modernização da Biblioteca”, os quais contam com o apoio do PROMOEEX. Há urgência quanto a medidas concretas, relativas à reestruturação, ao regimento e às normas internas, pessoal técnico e melhoria de espaço físico, em que se incluem a localização da Biblioteca e a Sala de Treinamento em Serviço, de forma a favorecer o ordenamento e o desempenho qualificado das atividades básicas da Escola.

#### NESTE ANO, O QUE A ESCOLA JÁ REALIZOU EM TERMOS DE CAPACITAÇÃO INTERNA E EXTERNA?

De 19 de janeiro até 24 de março, em

poucos dias úteis, considerando o período do carnaval, foram realizados 15 eventos de modalidades diversas (Curso, Treinamento, Palestra e Workshop), dos quais 11 para o público externo, e 4 para nossos servidores, beneficiando um total de 669 participantes (488 jurisdicionados e 181 servidores da Casa). Acrescentem-se a esses números as atividades e providências inerentes à implantação do Curso de Graduação em Gestão Pública para os servidores da Casa.

(Ver informação mais detalhada apresentada no quadro abaixo).



#### E SOBRE O CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA PARA OS SERVIDORES DA CASA?

Fruto de uma parceria inédita efetivada por meio de um Convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), essa oportunidade que o TCE/RN oferece aos servidores do Tribunal que não possuam curso superior tem um alcance inestimável, não apenas

quanto à capacitação profissional, mas pelo que representa como conquista e afirmação pessoal, com consequências na própria história de vida de cada um deles e das suas famílias.

O Curso de Graduação de Tecnologia em Gestão Pública foi criado pela RESOLUÇÃO No 204/2010-CONSEPE, datada de 19 de outubro de 2010, na Modalidade de Curso Tecnológico, vinculado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA, especificamente para os servidores do TCE-RN.

A carga horária total do curso é de 1.830 horas, as aulas acontecerão nas dependências da UFRN, de segunda a sexta no horário das 18 às 21 horas. O corpo docente do curso, formado por professores do quadro funcional da Universidade, será constituído por 18 professores mestres e 9 professores doutores em áreas das disciplinas que fazem parte da estrutura curricular, previamente aprovada.

#### COMO ESTÃO DIVIDIDAS AS RESPONSABILIDADES ACADÊMICAS E ADMINISTRATIVAS DO CURSO?

A gestão administrativa e acadêmica do curso é de responsabilidade do Departamento de Ciências Administrativas (DEPAD) da UFRN, que tem como Chefe o Professor Dr. Marcelo Rique Carício, e como Coordenador do Curso o Professor M.Sc. Antônio Carlos Ferreira. Ao TCE, por meio da Escola de Contas, compete acompanhar a execução do curso, apoiar e compartilhar ações que favoreçam o melhor alcance do seu desempenho. O nosso servidor Argentino de Andrade Cortez será o responsável pela a Secretaria do Curso.

#### O QUE O TCE ESPERA DOS PARTICIPANTES APÓS O CURSO?

Espero que, ao final da graduação, nossos servidores, mais motivados e capacitados profissionalmente, sejam um diferencial qualitativo no exercício das atividades de fiscalização e de controle externo da gestão pública, em benefício da sociedade.

# Ênfase na gestão de pessoas

Nos próximos dias, a direção do TCE estará recebendo o relatório produzido pela consultora Helena Tonet, com sugestões para a implementação do setor de recursos humanos no Tribunal. Desde o ano passado, ela vem fazendo reuniões com representantes dos mais diversos segmentos, coletando sugestões e sistematizando uma proposta que alia a participação dos servidores a estratégias de RH. É grande a expectativa dos servidores para com os resultados da consultoria, tendo em vista que, como afirma a própria: "A política de pessoal é a espinha dorsal do processo de gestão de pessoas".

Helena Tonet é doutora em Psicologia, com ênfase nos estudos de cultura organizacional e compartilhamento de conhecimento no trabalho, além de mestre em planejamento em organizações e administração pública. No intervalo de um dos encontros, ela concedeu a seguinte entrevista ao TCE em Pauta.

## TCE EM PAUTA: DE FORMA OBJETIVA, EM QUE PASSO ESTÁ O PROCESSO DE CONSULTORIA

**HELENA TONET:** Estou finalizando o Relatório para encaminhar à presidência do TCE. A partir daí, a instituição encaminha para o conselho aprovar ou não. A consultoria resulta num documento de política de gestão de pessoas, e a política é a espinha dorsal do processo de gestão de pessoas.

## UM DOS DIFERENCIAIS DA CONSULTORIA É A ABERTURA PARA A PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES. ISSO É COMUM?

De fato, o processo participativo faz parte da minha metodologia. Há instituições que não permitem. A política define como serão as ferramentas de gestão de pessoas, nada mais justo que participem do processo.

## OBSERVAMOS QUE HÁ MUITAS CRÍTICAS POR PARTE DOS SERVIDORES. COMO TRABALHAR COM ISSO?

Há certo negativismo, uma tendência de as pessoas se colocarem como centro da história – as dificuldades são trazidas como regra geral, mas nem sempre isso é verdadeiro. Temos que sair um pouco disso e nos prender ao desejável, ter um olhar para a frente, para o futuro. Se definirmos a política olhando o passado, ficaremos no

passado. Mas é sempre bom ressaltar: as pessoas são recursos estratégicos das organizações contemporâneas. São elas as responsáveis pela execução dos serviços da instituição.

## O QUE UM SETOR DE PESSOAL PODE OCASIONAR NUMA ORGANIZAÇÃO?

Quando são competentes, fazem os servidores acreditarem mais na organização em que estão trabalhando, promovem boas políticas, satisfação, motivação, tornam as pessoas mais preparadas para o que estão fazendo.

## QUAL A OPINIÃO DA SENHORA SOBRE O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO – PROMOE –, PROJETO QUE ESTÁ SENDO EXECUTADO NOS TCS DO PAÍS?

Nos Tribunais em que tenho trabalhado e em outros que tenho conhecimento, o Promoex teve um papel muito significativo, se não fosse o

programa estaríamos num estágio bem atrasado. O Promoex vem promovendo a modernização, inclusive dos processos. Hoje há mudanças em várias frentes de ação, permitindo, inclusive, que muitos tribunais investissem recursos próprios em setores como o de recursos humanos, ou seja, descobriam a importância disso.

“Boas políticas, satisfação, motivação, tornam as pessoas mais preparadas para o que estão fazendo”



Helena Tonet: consultoria para implantação do setor de Recursos Humanos



Na metodologia utilizada, houve a participação de servidores dos diversos setores

# É proibido fumar!

Hoje não há mais nenhuma dúvida sobre os malefícios do uso do cigarro e de seus derivados para a saúde do fumante e de todos que vivem ao seu redor. O tabagismo, segundo vários estudos, é responsável por 200 mil mortes por ano no Brasil (23 pessoas por hora), e quase 50 doenças diferentes. "Em decorrência disso, o mundo todo está cuidando para que se fume menos", relata o coordenador do setor médico do TCE, William Paschoal, informando que nos próximos dias será lançada uma campanha informativa sobre a proibição do fumo no ambiente interno do Tribunal de Contas.

"Muitas pessoas começaram a reclamar do cheiro desagradável do cigarro, que fica impregnado no ar, por isso a decisão de se fazer uma campanha, divulgando o que a lei determina", relatou doutor Paschoal, lembrando que a campanha visa, sobretudo, ao respeito para com as pessoas que não fumam e ficam incomodadas com o mau cheiro nos corredores e nos banheiros da instituição. "A partir de agora, os fumantes devem buscar um lugar onde não incomodem ninguém, e dentro do Tribunal é expressamente proibido fumar. Quem quiser fumar deve sair do prédio. Procurar um lugar aberto em que a fumaça se dissipe no ar", disse.



Dr. William Paschoal, campanha de combate ao cigarro na sede do TCE

O cigarro não afeta apenas as pessoas que optam por este hábito sabidamente prejudicial. Os não fumantes expostos à sua fumaça absorvem nicotina, monóxido de carbono e outras substâncias contidas no cigarro. Os fumantes passivos sofrem os efeitos imediatos da poluição tabagista ambiental, tais como irritação nos olhos, manifestações na-

sais, tosse, dor de cabeça, exacerbação de problemas alérgicos e cardíacos - principalmente elevação da pressão arterial e angina (dor no peito). Outros efeitos a médio e longo prazo são a redução da capacidade funcional respiratória, aumento do risco de aterosclerose e aumento do número de infecções respiratórias em crianças.

De acordo com o Banco Mundial, a indústria do cigarro gera uma perda mundial de 200 bilhões de dólares por ano. Nesta soma estão computados vários fatores, como sobrecarga do sistema de saúde com tratamento das doenças causadas pelo fumo, mortes precoces de cidadãos em idade produtiva, aumento no índice de aposentadoria precoce, aumento no índice de faltas ao trabalho, menor rendimento trabalhista, maiores gastos com seguros, limpeza, manutenção de equipamentos e reposição de mobiliários, maiores perdas com incêndios e redução da qualidade de vida do fumante e de sua família.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) criou o Dia Mundial sem Tabaco, comemorado no dia 31 de maio, pelos 191 países membros da organização, visando sensibilizar a comunidade em geral sobre os malefícios do consumo dos produtos derivados do tabaco, divulgar e reforçar as leis que restringem o uso do tabaco em ambientes fechados, estimular os principais empregadores a converterem suas empresas em ambientes livres de tabaco, entre outras ações.

## Problemas causados pelo fumo

Diminuição dos batimentos cardíacos, da pressão arterial e da respiração.

Câncer do pulmão, da boca, da garganta, do esôfago, da laringe e da bexiga.

Angina de peito e infarto do miocárdio.

Isquemias ou hemorragias cerebrais.

Doença pulmonar obstrutiva crônica.

Maior risco de contrair câncer dos rins, pâncreas e estômago.

Tosse típica.

Maior probabilidade de sofrer bronquite crônica e enfisema.

Impotência Sexual.

Entre as mulheres, tendência de entrar na menopausa mais cedo, acarretando maior chance de desenvolver osteoporose. Com o uso de anticoncepcionais orais (pílula), as chances de morrerem por problemas cardíacos é três vezes maior do que aquelas que não usam pílulas e não fumam.

O uso do fumo durante a gravidez traz consequências ainda mais terríveis, pois afeta também a criança. A nicotina diminui a quantidade de oxigênio e de nutrientes para o feto, com consequências como anomalias fetais e mortalidade fetal.



“  
**Pedalar me soa como algo mágico, andar em duas rodas é inspirar o espírito, além de cuidar do corpo”**

## Entre reflexões e pedaladas

Nos dias de hoje, voltamos nossas vidas para uma infinita lista de preocupações que nos são exigidas. Assim, gastamos nosso tempo em deslocamentos estressantes no trânsito, dedicamos nossa atenção ao trabalho, cuidamos da educação de nossos filhos e de tudo o que os rodeiam (ao menos daquilo que está ao nosso alcance), pagamos nossas contas e nos preocupamos com uma série infundável de coisas que compõe o desenrolar de nossa vida no século XXI. Isso, com frequência, nos impede de darmos atenção a tantas outras coisas que mereceriam nossa atenção, inclusive nós mesmos.

Digo isso não como incentivo ao cultivo do egoísmo ou estímulo à irresponsabilidade. O mundo moderno nos exige sacrifícios e, de certa forma, não conseguiríamos fugir de nossos deveres para sempre, temos de pagar algum preço por viver nossa época, que tem outras tantas belezas.

Pois bem, para mim, viver nesse ritmo alucinante trouxe, há um ano, uma crise de hipertensão e descontrole de toda sorte de altas taxas em exames desse velho coração. Porém, talvez, tenha sido uma benção, ao menos tento encarar dessa forma, pois no momento em que recebi os resultados, percebi que meu maior problema físico estava justamente nessa vida que levava e que ela precisava ser repensada.

Verificando a longa lista de comportamentos equivocados que causavam esse problema, sedentarismo, de longe, era um dos mais preocupantes, e, para combatê-lo, decidi

voltar a pedalar, o que já havia sido um grande prazer em outra época de minha vida. Renovei o equipamento, priorizei minhas atividades, sob o ponto de vista da “sobrevivência” e iniciei as atividades.

Pedalar me soa como algo mágico, andar em duas rodas é inspirar o espírito, além de cuidar do corpo. Diferente da velocidade dos automóveis, a velocidade de uma bicicleta é lenta o suficiente para que se possa apreciar a paisagem e o mundo ao redor, mas é rápida o suficiente para não ser monótona, como em uma caminhada ou em uma corrida, ao menos para minha forma de perceber o mundo.

Outro benefício dessa atividade é que quando me deparo com problemas mais complexos, sejam pessoais, relativos a assuntos mais difíceis de resolver no trabalho ou algum trabalho da faculdade, costumo organizar as ideias pedalando, uma terapia dupla entre o corpo e a mente.

De outro lado, com um espírito sempre aberto, chega-se o tempo de desbravar novos caminhos e viver novas aventuras, porém eu deveria fazer isso de forma a aglutinar também a família nessa atividade. Então, com um pouco de criatividade, é possível compartilhar desse mundo, algumas vezes pedalando juntos, algumas vezes apenas com uma parte dos membros, outras vezes a família acompanhando de outra forma, normalmente como apoio, em longas pedaladas.

Assim, em uma dessas aventuras que fizemos juntos, trilhei o litoral norte da Paraíba impulsionado pelos pedais,

enquanto minhas pérolas me levavam ao ponto de saída, vizinho a João Pessoa e se encaminhavam para me esperar em pontos estratégicos, onde nos encontraríamos.

Claro que uma aventura assim começa com planejamento de quanto é possível se pedalar durante um dia, os pontos difíceis de se vencer, como rios e pedras, posição da maré e horas para pedalar, além dos lugares onde nos encontraríamos ou passaríamos a noite, afinal, não dá para fazer tudo em um só dia.

A aventura em si é uma experiência única, quilômetros de praias desconhecidas, umas habitadas, outras muito desertas. O girar da roda na areia levemente dura, comprime entre a areia fofa e a maré baixa, vai proporcionando ver, ao longo da pedalada, as belezas dos lugares, onde pássaros, moradores locais, pescadores, crianças, encostas lindas, vegetação de praia, o cheiro do oceano, descartes do mar que vieram parar à sua beira (incluindo a carcaça de uma baleia cachalote), cata-ventos, rios e uma infinidade de detalhes enchem os olhos.

Porém, a melhor sensação é chegar ao final e encontrar todo mundo à sua espera, a fim de compartilhar das aventuras vividas pelos caminhos percorridos para, outro dia, viver mais uma aventura.

Adriano Umbelino

É chefe de gabinete do conselheiro Getúlio Nóbrega